

O SEU DINHEIRO

DICA

Caso opte por comprar obrigações do Tesouro é importante que leve os títulos até a data de vencimento para evitar que o Fisco lhe retire 25% do ganho realizado. Isto porque esta operação não pressupõe qualquer venda mas o reembolso da obrigação e, por isso, não existe qualquer mais-valia para ser tributada em sede de IRS.

João Paulo Dias



Empreste dinheiro ao Estado e ganhe 10% em seis meses

O investimento em obrigações do Tesouro que vencem no curto prazo é lucrativo e de baixo risco.

Luís Leitão

luis.leitao@economico.pt

Ser hoje credor do Estado português é um risco. Que o digam os vários fornecedores da administração pública e a própria banca, que contabilizam nos seus balanços vários milhares de euros de facturas e crédito em atraso.

O descarrilamento das contas públicas nos últimos anos, que culminou numa dívida pública superior a 100% do PIB e num défice orçamental longe do desejado, não abona muito a seu favor. Mas também é verdade que desde 1890 que o Tesouro não tem falhado com todas as suas responsabilidades financeiras.

É talvez por isso que as famílias continuam a emprestar dinheiro ao Estado: de acordo com os últimos números da entidade responsável pela gestão da tesouraria e da dívida pública (IGCP), estão aplicados em certificados de Aforro (CA) 11.923 milhões de euros e 1.278 milhões de euros em certificados do Tesouro (CT). No entanto, qualquer um dos dois instrumentos de dívida do Estado português está longe

de ser um produto financeiro interessante para o bolso dos portugueses que queiram investir no curto prazo. Pelo menos quando comparados com as obrigações do Tesouro que vencem nos próximos meses, e que acarretam riscos semelhantes aos dois instrumentos de dívida desenhados para as famílias.

Investimento de curto prazo com ganhos de dois dígitos

A possibilidade de o Estado entrar em incumprimento é o maior risco que enfrenta qualquer credor de Portugal. Mesmo no caso dos CA e CT, que de acordo com as suas características são produtos de capital garantido, vários especialistas consideram que numa situação de reestruturação da dívida nacional dificilmente passarão imunes. Nem que seja por uma ordem de equidade entre investidores (privados versus particulares) ou mesmo por serem produtos com maturidades de longo prazo.

Neste sentido, ganha peso a atractividade das obrigações do Tesouro que vencem no curto prazo que oferecem o melhor de dois mundos: elevada remunera-

INVESTIMENTO A 6 MESES

A obrigação do Tesouro que vence a 15 de Junho oferece uma rentabilidade efectiva líquida de impostos e comissões de 10%.

Investimento	Ganho
5.000 €	488 €
10.000 €	967 €
25.000 €	2.514 €
50.000 €	5.090 €

INVESTIMENTO A 21 MESES

A obrigação do Tesouro que vence a 13 de Setembro de 2013 oferece uma rentabilidade efectiva, líquida de impostos e comissões de 24%.

Investimento	Ganho
5.000 €	1.308 €
10.000 €	2.655 €
25.000 €	6.806 €
50.000 €	13.721 €

Fonte: Diário Económico. Valores em euros. Para o cálculo da rentabilidade foi tido como exemplo o preço do BES e do Banco BPI, dois dos principais intermediários financeiros na negociação de obrigações, e a tributação de 25% sobre os cupões pagos.

ção (em resultado da crise da dívida soberana na zona euro que gerou uma escalada sem precedentes da 'yield' destes títulos) e baixo risco, pois, pelo menos até que Portugal esteja sob a alçada da 'troika' haverá dinheiro para pagar aos credores.

As obrigações do Tesouro que vencem a 16 de Junho do próximo ano assentam na perfeição nesta descrição: segundo cálculos do Diário Económico com base no preço do BES e do Banco BPI - dois dos principais intermediários financeiros na negociação de obrigações - e no preço que os títulos estavam a cotar na sexta-feira na Euronext Lisboa, estas obrigações oferecem uma rentabilidade efectiva líquida de impostos e comissões, no vencimento, de 10% ou uma taxa interna de retorno (TIR) de 14,6%. Bem longe da taxa de juro bruta dos CA para novas subscrições em Dezembro que foi fixada em 1,496%. Recorde-se ainda que estas obrigações são os títulos de dívida mais líquidos da bolsa portuguesa, tendo negociado no último mês 18,4 milhões de euros, cerca de 836 mil euros por sessão.

Caso o prazo de investimento

seja mais alargado e o perfil de risco do investidor mais arriscado, poderá ser ponderado o investimento nas obrigações do Tesouro que vencem a 13 de Setembro de 2013, que oferecem uma rentabilidade efectiva líquida de impostos e comissões, na maturidade, de 24% ou uma TIR de 14,3%. No entanto, é importante salientar duas coisas: a liquidez destas obrigações é cinco vezes inferior às primeiras e o risco que acarretam é consideravelmente superior às que vencem em Junho, pois esta será a primeira linha obrigacionista a vencer fora da data em que termina o pacote da ajuda da 'troika' a Portugal, cabendo assim ao Tesouro arranjar forma de pagar aos obrigacionistas, por ventura, recorrendo novamente ao mercado de dívida.

Uns dirão que a compra destas OT é um "tiro certo". Mas cuidado: se há algo que esta crise nos ensinou é que nada é garantido. E por isso, hoje, mais do que nunca, seguir à risca a velha máxima da diversificação da carteira de investimentos por activos e regiões geográficas é da maior relevância. ■